SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **17**

Parte I

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO **23**

1 Direitos Fundamentais 23

1.1 A dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado brasileiro. A erradicação das desigualdades e a promoção do bem social como objetivos estatais 23

1.2 Variações terminológicas. Distinções. Conceito 26

1.3 Previsão e localização na Constituição Federal de 1988 27

1.4 Características 30

1.5 Evolução histórica 31

1.6 Duplicidade de conteúdo. Funções. Imprescindibilidade 34

2 Evolução do Devido Processo Legal 39

2.1 Evolução legal 39

2.2 Evolução doutrinária e pretoriana 47

3 Devido Processo Constitucional 55

4 Acesso à Justiça 56

4.1 Evolução e conteúdo do direito fundamental de ação 56

4.2 Obstáculos ao acesso à justiça 63

5 Celeridade Processual. Direito à Razoável Duração do Processo 68

5.1 Escorço histórico e direito comparado 68

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.2 Direito internacional 75
5.2.1 Os Códigos Modelo para a América Latina 78
5.3 Direito brasileiro 81
5.3.1 Evolução histórica. Direitos e garantias processuais nas Constituições brasileiras 81
5.3.2 Constituição Federal de 1988. Consagração amplíssima de direitos e garantias processuais 88
5.3.3 Jurisprudência 91
5.3.4 Doutrina 94
5.4 "Reforma do Judiciário" e Emenda Constitucional 45/04 100
6 Aplicabilidade e Efetividade dos Direitos Fundamentais 105
6.1 Aplicabilidade e efetividade 105
6.2 Classificações das normas constitucionais quanto à aplicabilidade e efetividade 108
6.3 Aplicação imediata dos direitos fundamentais 112
6.4 Aplicação imediata das normas jusfundamentais processuais 122
7 Colisão de Princípios. Contraditório e Ampla Defesa *versus* Celeridade Processual 125
7.1 Distinção entre princípios e regras 126
7.2 Princípio da proporcionalidade 132
7.3 A solução do conflito contraditório e ampla defesa *versus* celeridade processual 134

Parte II

OS MEIOS APTOS A GARANTIR A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO 141

1 Evolução do Direito Processual Civil 141
1.1 Fases evolutivas 141
1.1.1 Fase sincrética. Diferenças entre a *actio* e o *interdictum* .. 141
1.1.2 Fase autonomista. A relação jurídica processual 146
1.1.3 Fase instrumentalista. O processo de resultados e a Constituição como fonte principal do direito processual 149
1.2 Processo civil brasileiro 152
1.2.1 Das Ordenações ao Código de Processo Civil de 1939 152

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.2.2 Anteprojeto Buzaid e Código de Processo Civil de 1973... 155
1.2.3 Reformas infraconstitucionais (de 1994 a 2010) e legislação complementar ... 159
2 O Novo Processo Civil Brasileiro ... 163
2.1 Processo sincrético ... 163
2.2 Especialização do procedimento comum ... 170
2.3 Tempo como ônus processual ... 179
2.4 Deveres das partes, do juiz e dos demais partícipes do processo. Realização tempestiva dos atos processuais. Mudança ideológica ... 187
2.5 Responsabilidade processual ... 192
2.5.1 Litigância de má-fé ... 198
2.5.2 Atos atentatórios à dignidade da justiça nos processos de execução ... 201
2.5.3 *Contempt of court* ... 202
2.6 A inconstitucionalidade da ampliação dos prazos ... 210
2.7 Revisão da teoria dos "prazos impróprios" ... 213
3 Técnicas de Aceleração do Processo ... 216
3.1 Técnicas e tutelas de urgência ... 220
3.1.1 Antecipação da tutela e/ou de seus efeitos ... 221
3.1.2 Especificamente a tutela concedida com base no art. 273, § 6º, do Código de Processo Civil ... 234
3.1.3 Medidas cautelares ... 244
3.2 Técnicas de concretização da tutela. Execução ... 249
3.2.1 Cumprimento da sentença que condena a pagar quantia .. 249
3.2.2 Efetivação da tutela específica ... 258
3.2.3 Execução provisória ... 260
3.3 Alguns outros mecanismos de aceleração previstos pelo Código de Processo Civil ... 264
3.3.1 Indeferimento da petição inicial ... 264
3.3.2 Julgamento conforme o estado do processo ... 265
3.3.3 Audiência preliminar ... 268
3.3.4 Saneamento do processo ... 269

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.3.5 Reprodução de sentenças idênticas 271
3.3.6 Repercussão geral 274
3.4 Tutelas coletivas 277
3.5 Juizados Especiais e Justiça do Trabalho 281
3.5.1 Justiça do Trabalho 283
3.5.2 Juizados Especiais Cíveis 287
3.5.3 *Jus postulandi* 291
3.6 Considerações finais 294

Parte III

A CELERIDADE PROCESSUAL NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 297

CONCLUSÕES 305

REFERÊNCIAS 315

ÍNDICE ALFABÉTICO 331

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br